



INE- INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, HUMANAS E EXATAS - FAHE
JAIRO RIBEIRO DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E OBJETIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO
NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA- UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como requisito parcial para a obtenção
do título de especialista em História e Cultura afro-
brasileira do INE- Instituto Nacional de Ensino –
FAHE - Faculdade de Administração Humanas e
Exatas



RESUMO

Jairo Ribeiro da Silva*

Artigo elaborado como trabalho de conclusão de curso da especialização em História e Cultura afro-brasileira, tendo como base a historiografia da escravidão e pós-abolição da população negra no Brasil, e suas repercussões na mentalidade e cultura geradora do senso comum no País. Analisando, expondo e relacionando diversos contextos e dinâmicas históricas, faz uma abordagem sucinta, mas concisa, do processo de desumanização de pessoas racializadas como “negres” e a consequente visão de utilitários até os dias atuais. O processo de estigmatização e de alimentação de estereótipos, que condiciona tais indivíduos a lugares sociais pré-determinados, e a exclusão, é o foco principal; de forma a contribuir com o entendimento sobre a força que o processo histórico escravagista teve na estruturação da exclusão da população negra no Brasil e sua consequente naturalização dessa exclusão e marginalização.

Palavras-chave: História 1. Racismo 2. Escravidão 3. História das mentalidades 4. História do Brasil 5.

*Historiador, professor da rede pública de ensino do Estado da Bahia. E-mail: rs.jairo.rs@gmail.com



ABSTRACT

Article elaborated as a course conclusion work of specialization in Afro-Brazilian History and Culture, based on the historiography of slavery and post-abolition of the black population in Brazil, and its repercussions on the mentality and culture that generates common sense in the country. Analyzing, exposing and relating various contexts and historical dynamics, it makes a succinct but concise approach to the process of dehumanization of racialized people as "negres" and the consequent view of utilities to this day. The process of stigmatization and feeding of stereotypes, which conditions such individuals to predetermined social places, and exclusion, is the main focus; in order to contribute to the understanding of the strength that the slave-based historical process had in structuring the exclusion of the black population in Brazil and its consequent naturalization of this exclusion and marginalization.

Keywords: Story 1. Racism 2. Slavery 3. History of mentalities 4. Brazil's history 5.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	DESENVOLVIMENTO.....	3
2.1	A ORIGEM DO RACISMO; O PROPULSOR DOS ESTIGMAS NEGATIVOS PERPETUADOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO NEGRA, NO BRASIL ESCRAVISTA E PÓS ABOLIÇÃO	3
2.2	ESCRavidÃO NEGRA NO BRASIL: A FONTE COTIDIANA DAS RETROALIMENTAÇÕES DE ESTEREÓTIPOS E DESUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NÃO BRANCA	5
2.3	O USO DOS ESTEREÓTIPOS PELO RACISMO PARA DETERMINAR EXCLUSÕES E ASSEGURAR PRIVILÉGIOS	7
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem nas Américas uma posição *sui generis*, a de último país a decretar oficialmente o fim da escravidão pelo estado. Em mais de três séculos e meio, doze milhões e meio de pessoas negras foram raptadas de sua origem para as terras brasileiras, com a finalidade de trabalhar entre doze e quinze horas por dia para enriquecimento de famílias europeias e o estado brasileiro, além de servirem como objetos de uso sexual para estes mesmos senhores.

Calcado na memória coletiva da população brasileira estão os resquícios de quase quatro séculos de escravização de pessoas negras como forma de exploração de mão-de-obra, produção de riquezas, organização social e desenvolvimento de extrato social e cultural. Tal histórico logrou toda a gama de conceitos e lugares comuns dos corpos no Brasil de acordo com sua proximidade ou não com a negritude, que é diretamente determinado por um mapa de estereótipos que visa determinar indefinidamente os lugares de “senhores” e “escravos” na sociedade brasileira, como explana perfeitamente Clovis Moura².

Esse “mapa”, embora invisível a olho nu, é extremamente eficiente em determinar e posicionar, os corpos na sociedade brasileira, de acordo com sua tonalidade de pele, e um intrincado emaranhado de códigos, que só podem ser decifrados, levando em conta a natureza subjetiva das relações raciais no Brasil, após a perenidade da escravização de pessoas racializadas como negres pelo estado brasileiro. É importante a observância da construção cultural que foi resultante do sequenciamento de séculos de senso comum, sobre os lugares “naturais”, das pessoas no Brasil, de acordo com seu status racial, para a compreensão e aprofundamento analítico das interações sociais resultantes deste processo.

Nessa seara profícua de elementos a serem observados e expostos, a Historiografia através da modalidade convencionalizada como “História das mentalidades”, traz uma rica gama de possibilidades analíticas da formação cultural e subjetiva da população brasileira. Utilizando desse aparato analítico, será exposto e exemplificado. Como se desenvolveram e foram reafirmados estereótipos negativos em relação à população racializada como negres; e de quais formas se utilizou tais

² Clovis de Assis Moura (Amarante, 10/07/1925- São Paulo, 23/12/2003), Sociólogo, Historiador, escritor brasileiro.

construções para desumanizar e objetificar tais pessoas no decorrer da História do Brasil.

Para se chegar ao entendimento aprofundado e real sobre as subjetividades resultantes da história pregressa da sociedade brasileira, escravista legalmente até 1888; se faz também importantíssimo, uma viagem teórica até a Europa e a gestação do conceito de humanidade, produzido pelo racismo clássico das sociedades europeias colonizadoras de nações africanas e asiáticas; necessitadas de aportes ideológicos e morais para suas empreitadas de rapinagem, escravização e imposição cultural imperialista, e consolidar este entendimento, através do racismo científico pós regime escravista, que deu sentido para as políticas e ações estatais excludentes, elaboradas no Brasil.

Pensar os lugares construídos para serem ocupados pelas pessoas lidas como negres na sociedade brasileira, tanto na atualidade, quanto no decurso da História do país pós invasão de Pindorama pelos europeus; é pensar o racismo na estrutura da mentalidade dos que se consideram brasileiros.

2 DESENVOLVIMENTO

Falar, dissertar, racionalizar sobre questões raciais exige aportes teóricos básicos. É imprescindível a compreensão que a racialidade nasceu do racismo e não o contrário. Que raça é uma classificação social e não biológica, e que todas as mazelas sociais dos países das Américas em que houve a escravização sistemática de sequestrados do continente africano como sistema de produção, está diretamente ligada a esse passado histórico. Tem como agente determinante o racismo a descendentes destes escravizados. Faz parte da sua formação cultural.

Esta realidade histórica determinou o que se denomina de “racismo estrutural” que passa a ser parte da cultura desses países e principalmente do Brasil, sendo determinante de juízo de valor do senso comum e referenciais do que é aceitável, e naturalmente adequado na sociedade. Longe de ser um aspecto doentio dentro da realidade vigente do país,

“o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.”

(ALMEIDA, 2019, p. 12)

A partir dessa premissa, cunhada pelo Jurista, Filósofo e professor universitário Silvio Almeida, temos como real e usual os fenômenos de articulação de formas de opressão, exclusão, objetificação, invisibilização e desumanização da pessoa negra e a efetividade dessas opressões em reproduções de estereótipos por homens e mulheres negras como padrões de comportamento do indivíduo mediano na sociedade brasileira, buscando com isso manter a supremacia branca em todos os aspectos desta sociedade, mesmo que na maioria das vezes sob a revelia do entendimento deste processo por esta mesma população.

2.1 A ORIGEM DO RACISMO; O PROPULSOR DOS ESTIGMAS NEGATIVOS PERPETUADOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO NEGRA, NO BRASIL ESCRAVISTA E PÓS ABOLIÇÃO

É imprescindível o retorno aos anos de pré-capitalismo, para o entendimento do racismo enquanto ideologia de dominação, que desenvolveu um sistema de exclusão e supremacia. As nações e impérios europeus, imersos em competições pelo

desenvolvimento e enriquecimento de seus impérios e nações, desenvolveram um conceito de imperialismo colonialista, que os unia em avanço de domínio cultural, econômico e em exploração de bens naturais de terras não europeias. Impulsionados pelo capitalismo nascente, desenvolveram disputa, não mais entre nórdicos, latinos, mediterrâneos e alpinos; e sim, entre conquistas de territórios e exploração e sujeição de povos, que passaram a caracterizar, como não-brancos.

Através de um “acordo” não escrito, essas nações passam a invadir e sobrepujar nações dos continentes vizinhos, com o intuito de desenvolver o capitalismo central e expandir e fortificar os privilégios e poderes políticos e socioeconômicos, e consolidar suas culturas como superiores.

Para pavimentar essa ambição, essas nações europeias, passam a desenvolver o conceito de raça, para se diferenciarem do restante do mundo e utilizando-se de crenças moralizantes e revestidas de religiosidade, passam a se colocar como grupo “civilizado”, tendo a missão divina de “humanizar” o resto da população mundial, através da colonização:

“Como se vê, essa antropossociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o branco –, que passa a se contrapor ao restante das populações não civilizadas, dependentes, e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o nórdico, o alpino, o mediterrâneo, que passam a ser, de modo genérico, componentes da raça branca. E essa raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos” (MOURA, 1994, p. 4)

Unidos por um interesse em comum, a sede capitalista por acumulação de riqueza, o branco europeu marchou rumo à expansão de seus domínios, mesmo que isso significasse a destruição de continentes inteiros e o extermínio político/econômico e sociocultural dos povos não brancos destes continentes, ação característica das políticas do projeto genocida inaugurado no colonialismo escravagista.

Essa união de diferentes etnias, com propósito único, determinou a consolidação de uma série de dogmas, estigmas e ideologias amparadas em uma imensa propagação de ódio e desprezo por tudo que não fosse “branco europeu”. A utilização da Igreja para respaldar moralmente e espiritualmente tal projeto, foi crucial para o seu sucesso. Como foi desenvolvida e criada de forma artificial e à revelia de fatos e evidências concretas, essa nova forma de visão de mundo precisava ser

constantemente alimentada com estereótipos, que desumanizavam toda as pessoas não europeias, e, portanto, não dignas das benesses dos humanos “de verdade”. Esse é o resumo do nascimento da racialidade, que marca a sociedade humana moderna, filha diletta do racismo europeu com a supremacia branca.

2.2 ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL: A FONTE COTIDIANA DAS RETROALIMENTAÇÕES DE ESTEREÓTIPOS E DESUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NÃO BRANCA

Como já abordado, a criação da ideologia da supremacia branca sobre os demais tipos humanos, foi essencial para a expansão do sistema capitalista colonizador escravocrata europeu, e deu respaldo para a sustentação desse regime no Brasil, por quase quatro séculos.

A dinâmica social na colônia e depois república brasileira, era totalmente derivada do conceito de raça, como fator determinante dos lugares dos seus indivíduos, enquanto composição de nação. Toda pessoa não-branca no Brasil escravista, era não-humana, tendo alguns que transpunham essa categorização ficando na posição de quase-humanos, sendo essa visão amplamente aceita como normal dentro do senso comum da sociedade da época. Igreja, estado e meios de comunicação, se completavam em manter esse status quo, como padrão saudável da sociedade brasileira. Ao longo desses séculos, a animalização e objetificação de pessoas escravizadas, permitiu atrocidades absurdas há milhões de pessoas, sem a repulsa da sociedade geral, e à revelia de insurreições e resistências sistemáticas de milhares de escravizados.

A escravização de pessoas negras trazidas a força de diversas partes do continente africano para todas as regiões do Brasil, teve ao longo dos séculos diversas nuances visando sua continuidade. Uma dessas situações, era a cópula forçada entre negros para o aumento do número de escravizados nas fazendas e engenhos e para venda. Muitos foram os homens negros escolhidos pelo porte físico e dotes sexuais para serem “reprodutores” através do estupro de escravizadas diversas. Há relatos de homens negros nessa situação que copulavam com dezenas de mulheres num mesmo dia. Era comum que os escravizados fossem submetidos aos proprietários de escravos; Era parte da função das pessoas negras, como “ferramenta de animação”, ser um instrumento de prazer. Muitas vezes, para entretenimento de amigos e

visitantes, os senhores forçavam os escravizados a fazerem orgias na frente deles, e muitas das vezes estes visitantes participavam submetendo tais escravizados a seus fetiches.

Proibidos de entrar nas igrejas e de praticar sua religiosidade original, estes homens e mulheres eram lembrados cotidianamente que seu destino era por conta de não serem filhos do deus cristão, que os amaldiçoou, e os relegou aquele destino terrível. A explicação para tal maldição se encontrava num mito bíblico, onde o todo poderoso havia amaldiçoado um ancestral comum das populações africanas, e por conta disso, eles foram entregues para serem moldados pelo diabo, e por isso passaram a nascer com sua escuridão e sua fisionomia.

Sua religiosidade original, animista, era influência dessa filiação diabólica, que nada mais era que o culto das hordas demoníacas, para desfazer do puro sacramento santo divino que foi revelado aos humanos legítimos, na Europa.

Por não serem filhos de Deus, portanto, humanos; era impossível estas mesmas pessoas terem as qualidades, do ser divino: Inteligência, raciocínio lógico, equilíbrio, senso de justiça, bondade, amor e espiritualidade. Eram animais, selvagens. Alguns, por conta de muita catequização, e vivência com brancos, desenvolviam certa dose de civilidade, mas não por conta de capacidade nata e sim por obedecer a adestramento de senhores magnânimos. Era o conceito geral. Muitos, por serem filhos de estupros de senhores à escravizadas, fugiam ligeiramente da feição horripilante do demônio, tornando-se mais atraentes figurando na condição de mucamos na casa grande, como descreve Lilia Moritz Schwarcz em “O Espetáculo das Raças”.

Após a abolição da escravidão, como política de estado no Brasil, os então escravizados, passaram a vagar como párias na sociedade brasileira; sendo agora um “problema” a ser resolvido pela classe dominante. É nesse contexto, que leis criminalizando “vadiagem”, capoeira, e toda e qualquer expressão cultural ou aspecto de vida atrelado à condição das populações de ex escravizados, são criadas no intuito de cercear seu trânsito pelas metrópoles, quanto de criminalizá-los, visando seu extermínio e estigmatização, para frear qualquer possibilidade de confrarias comerciais, prestação de serviços ou aquisição de bens por parte dessa população.

O estado brasileiro, desenvolve assim, o início da criminalização da negritude. Tornando, o ser negro, a prerrogativa para ser considerado criminoso, independente da ação praticada. E embora, nunca tenha desenvolvido uma lei marcial de pena de

morte, torna através da recusa de correção criminal de assassinatos de pessoas negras, tal extermínio legal; na realidade, uma “ajuda” para seu projeto eugênico de nação.

Buscando na Europa, uma solução para o “problema” do contingente populacional negro, o estado brasileiro junto com suas elites econômicas e intelectuais, importam os conceitos do racismo científico pujante nas sociedades europeias, e através de teorias de intelectuais como Cesare Lombroso, e Arthur de Gobineau se chega ao consenso que o país só poderá progredir como nação, se for extirpada a negritude da sua sociedade. Ou seja: os indivíduos negros, agora não mais sendo utilizados como propriedade particular da população branca, como são seres humanos inferiores e sem capacidades morais e cognitivas especiais, são então um entrave para o crescimento do país.

Esse mesmo racismo pseudocientífico, fazia a cabeça de intelectuais e da classe dominante dos EUA e demais países das Américas. Desenvolvendo cada um a seu contexto e particularidades culturais e políticas, os países das Américas desenvolveram formas de extermínio/segregação/limpeza étnica em relação a sua parcela de população oriunda da escravidão. Na realidade brasileira, intelectuais como Nina Rodrigues e João Batista de Lacerda, desenvolveram o que para eles era o ideário para nossa realidade: A eugenia racial, ou embranquecimento da população, através do incentivo à diluição da negritude por miscigenação gradativa para clareamento. Por tal intuito, foi-se incentivado a imigração maciça de europeus e até asiáticos, em muito menor número; para o país, com todo tipo de incentivos e abonos fiscais e sociais para estes, na certeza de que em meio século, o Brasil seria uma nação caucasiana nas Américas e com isso próspera e evoluída.

2.3 O USO DOS ESTEREÓTIPOS PELO RACISMO PARA DETERMINAR EXCLUSÕES E ASSEGURAR PRIVILÉGIOS

Nessa seara de herança escravista secular, os indivíduos racializados perdem individualidade e humanidade, sendo deliberadamente homogeneizados como representação da raça e, portanto, passíveis de uso e usufruto pela branquitude, que detentora dos privilégios econômicos e sociais advindos da exploração escravista, se autodeclara também representação universal de humanidade. Cabendo ao corpo negro, a sina de representação de sub-humanidade ou de exceção, objeto usufruível

e descartável. Às pessoas racializadas, como as negras e indígenas no Brasil, é retirado as particularidades individuais, homogeneizando toda uma diversidade em um só espectro. Tornando invisível as particularidades do ser racializado, tomando a sua individualidade.

Neste aspecto, Frantz Fanon, psiquiatra, filósofo e ensaísta Franco-martinicano (1925-1961), é cirúrgico quando diz (FANON, 1952, p.71) “O homem negro não é um homem”, expondo como o fator raça supera o gênero nas sociedades racistas. Para estas sociedades na qual o Brasil está incluso, o homem negro é antes de tudo um “negro”, com todas as conotações condicionantes e limitantes que isso lhe acarrete, funcionando da mesma forma para a mulher negra.

Ser condicionado a padrões pré-estabelecidos de comportamento, sexualidade, profissão e posição social são artimanhas utilizadas pelo racismo para delimitar a ação e desenvoltura de corpos negros, além de esforço de preservação do lugar de privilégio da branquitude, que vista como representação universal de humanidade, não pode ser enquadrada em estereótipos negativos.

É neste contexto que o machismo, patriarcado e heteronormatividade se somam ao racismo, delimitando corpos negros a um padrão de inferioridade e sujeição objetificada, a violências físicas e emocionais, tornando o entendimento da interseccionalidade, ou seja, as interações dessas opressões, a chave para se compreender os fenômenos envolvidos na racialidade e a porta para o desenvolvimento de medidas teóricas e comportamentais necessárias a luta pela minoração dessas mazelas.

Extremamente bem descrito e conceituado pela Mestra em estudos feministas e doutoranda em estudos de gênero, Carla Akotirene, no livro “Interseccionalidade”, esta ferramenta teórica, usada basicamente para conceituar e desenvolver os entendimentos em relação às opressões sofridas pelas mulheres negras nos desdobramentos das opressões e exclusões, serve de aporte também para o entendimento de como o racismo age na manutenção da opressão de corpos negros masculinos.

Embora não sejam as principais vítimas do machismo e do patriarcado, os sujeitos na condição de homens negros também são vitimados por essas opressões culturais, também integradas ao racismo estrutural e institucional, “Falo de milhões de homens, em quem deliberadamente inculcaram o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero, o servilismo” (CÉSAIRE, 1977, p. 08).

Aimé Césaire (1913- 2008), escritor, poeta, professor e político martinicano deixa exposto de forma sucinta a condição do homem negro diante da dinâmica excludente do sistema racista nessa expressão que faz parte do seu célebre “Discurso sobre o colonialismo”, onde aponta a dificuldade do homem negro em manter a saúde mental e psicológica, além da autoestima danificada em meio às atrocidades da herança do regime escravista e colonial.

Na atualidade em toda a diáspora e no Brasil, não houve muitas mudanças. Há uma sociedade calcada culturalmente no machismo e patriarcado que privilegia o homem e relega às mulheres uma posição secundária, mas que vai além e delega o terceiro lugar para o homem negro, que “não é um homem”, e sim um misto de auto-rejeição, complexo de inferioridade e sentimento de não adequação no mundo humano branco.

Essa gama de sentimentos negativos internalizados leva este homem negro a reproduzir de forma extremada o machismo culturalmente absorvido, pois segundo Helen Lobanov, ativista do feminismo negro, “É difícil para o homem negro se desconstruir, porque o machismo é o único poder que ele tem nessa sociedade”, levando essa enxurrada de opressões para a base da pirâmide que é a mulher negra, através de múltiplas violências.

A realidade desse homem negro então, é das cobranças de um sistema que privilegia homens, mas negam a humanidade a negros, levando-os ao colapso de si mesmo.

O reforço de padrões estereotipados, a cobrança de uma performance definida a partir de opressões escravagistas, e a firme sensação de ser um pária social quando não enquadrado nessas gaiolas, leva homens e mulheres negres a loucura, ao suicídio, a serem exterminados, a violência doméstica e a autoestima negativa e complexo de inferioridade. Em algumas situações, a auto ódio explícito.

Como já exposto, os estereótipos racistas foram inexoravelmente atrelados e reforçados na população negra pelos séculos de escravidão. Tal processo histórico, pujante e consistente, produz frutos, como as realidades acima. Retroalimentados constantemente pela mídia brasileira, principalmente a televisiva; através de suas novelas, filmes, e programas de auditório, alimentam no imaginário coletivo o que se torna prisão para a parcela não branca do país. Ao homem negro é atribuído sempre o papel de criminoso, pobre, traficante, ignorante, feio, necessitado ou subalterno idiotizado. Ao gênero feminino, por outro lado, se soma a todos esses adjetivos já

mencionados, também a figura da empregada doméstica, uma clara e icônica prova da continuidade do sistema escravocrata na sociedade moderna; e a “amiga” da figura feminina principal, que só existe por conta desta e para auxiliar a essa, sem ter vida própria, família, amores É irrefutável, quando analisado de forma imparcial e a luz de todo o conteúdo histórico acima exposto, o uso desses padrões como condicionantes e perpetuadores, de um imaginário construído ao longo de séculos, sobre as pessoas negras, para as limitar e condicionar à marginalidade e exclusão.

Aos homens e mulheres negras, é direcionado a alcunha da hiper sexualização, reduzindo essas pessoas a objetos de uso sexual e a características animais, como o “negão do WhatsApp”, meme de um homem negro com órgão sexual super aumentado, e a “mulata”; figura comum do carnaval brasileiro, configurando mulheres negras seminuas que dançam freneticamente como atração dessa festa popular, para o turismo internacional. Interessante, que a despeito da maioria das pessoas no Brasil, tal figura sempre foi representação do turismo sexual internacional no mundo. Tal reforço das pessoas negras como objetos sexuais, reproduz fielmente toda a dinâmica do Brasil escravista, como revisado acima; e traz sobre essa população a marginalização nas relações afetivas e o preterimento para o objetivo romântico. Os estereótipos racistas que objetificam pessoas não brancas no Brasil, seguem até hoje a máxima bem resumida por Gilberto Freyre: “brancas pra casar-se, mulatas pra fornicar, e negras pra trabalhar”.

A incontestabilidade que essa premissa de Freyre se mantém viva e retroalimentada, na sociedade brasileira, é a quase nulidade de homens ricos e famosos, independente de se negros ou brancos; casados com mulheres negras. Segundo o IBGE, mulheres negras retintas são o recorte populacional mais expressivo na categoria “solteiros”.

O uso do perfil “marginal”, e as medidas governistas para o enquadramento dos homens negros dentro dessa “categoria”, se mantém de forma pujante, com programas populistas expondo jovens negros “suspeitos” de crimes como o grande problema da criminalidade no país, à revelia da presunção de inocência; que, como já foi mostrado acima, é um privilégio construído historicamente para pessoas brancas, desenvolvido por pessoas brancas. O resultado dessa estrutura, é o Brasil na atualidade, ser o país que tem a polícia mais letal do mundo, com índice recorde de mortes de crianças e adolescentes negros pelo braço armado do estado.

O uso do estigma de inferioridade intelectual, ainda se mantém, embora de forma mais discreta nos meios de comunicação Brasil a fora. Tentando manter o vigor de personagens de caricatura de reforço desse estereótipo como Mussum e Tião Macalé; se tem hoje nos memes de rede social, a fisionomia de uma pessoa negra ou de um macaquinho, quando se quer denotar, estar fora da noção da conversa. Sendo o “macaco”, figura antiga da associação racista e animalizadora de pessoas negras. Tal marca descabida resultante dessa estereotipagem, serviu por décadas e serve ainda atualmente, para relegar a pessoas negras funções sempre subalternizadas, mesmo aos que tem comprovada instrução secular. Às pessoas negras paira sempre o véu da desconfiança, quando lotadas em funções de respaldo cultural, técnico elevado ou específico. Por força do sucesso que esse estereótipo ainda tem no senso comum brasileiro, erros cometidos por profissionais negres são imediatamente atribuídos a incompetência e desqualificação, enquanto às pessoas brancas, o fator contexto é sempre usado como fator atenuante.

Pessoas negras formadas em faculdades Brasil a fora, em profissões até então “redutos” da branquitude, como medicina, Engenharia ou Direito, vivenciam diariamente a contestação ou dúvida em relação a sua capacidade enquanto profissionais, resultado direto dessa construção cultural. Isso incrementado à experiência pregressa na academia, onde professores e alunos por diversas vezes tenham discretamente exposto sua dúvida sobre a capacidade deles de responder com resultado satisfatório às exigências curriculares de conteúdo do curso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para conclusão de todas essas reflexões, trago exemplos reais de vivências de pessoas negres, que exemplificam de forma explícita, as análises, constatações e narrativas historiográficas acima elaboradas. A certeza da veracidade dos preâmbulos das opressões expostas, que fui testemunha ocular e sou também alvo, me inspirou e orientou à pesquisa e debate sobre essas temáticas. O conhecimento historiográfico aliado a vivência, me conduziu a ansiar por esse trabalho.

E. R. S; morta aos vinte e oito anos devido a complicações no parto, sendo este adiantado em decorrência de violência física infligidos a ela pelo seu companheiro, um homem negro filho de uma mulher branca, mãe solo de seis filhos que aceitava a contragosto o casamento do filho negro que não seguiu suas diretrizes de “limpar a família”, assim como fez seus outros irmãos homens. Ao contrário, se colocou na posição de desafiador, causando desgosto geral ao enamorar-se, casar e ter filhos com uma mulher negra retinta.

J. L. S; Morto aos 34 anos por complicações na faringe e infecção hospitalar em decorrência de uma tentativa de suicídio por ingestão de Carbamato Aldicarbe (chumbinho), dois meses após ser demitido da empresa onde trabalhou por onze anos, por conta dos seus superiores considerarem má influência para os alunos do curso (ele era professor de culinária), que um homem de porte; “um negão desse” (palavras do gerente-geral que o reportou a demissão), ter a convivência marital com outro homem, descoberta pelos alunos. Além disso, J. L. S, ouviu de sua própria mãe, que ela entendia e considerava correta a postura da empresa, pois era realmente um mau exemplo para os mais jovens, um negão malhado ser “viado”.

J. R. S; morto aos 26 anos, por seis tiros a queima roupa, por policial militar, em frente à sua residência. J, voltava do trabalho e por estar com uma garrafa de refrigerante no bolso, foi visto como ameaça por um grupo de policiais que faziam ronda na região.

B. O. R; professora do ensino médio, adepta do Candomblé, foi apedrejada por três alunos, ao sair da escola onde trabalha, por estar vestida de branco e com torço na cabeça. Teve diversas escoriações, e cinco pontos na cabeça.

Jairo Ribeiro da Silva, abordado por policiais no carnaval de Salvador, foi infligido por fantadas, por estar no caminho da fila de passagem dos agentes. Precisou fazer fisioterapia por três meses para recuperar os movimentos dos dedos da mão.

M. T. F; namorando a dois anos, ficou extremamente marcada emocionalmente ao descobrir que o término da sua relação, foi um pedido do pai do seu namorado, para que ele buscasse uma mulher mais à altura da família. Uma que não “suje”. Um ano depois, este mesmo ex-namorado, estava casando-se com uma mulher branca...

M. L. S. O; Advogada, exercendo seu ofício havia oito anos, num conceituado escritório de advocacia, sempre tentou lidar bem com o fato de ser a única pessoa negra do escritório a não trabalhar em função braçal, e buscou sempre não questionar ser, dentre os nove advogades atuantes, a única a atender somente questões de pouca relevância. Porém, o que ela nunca imaginaria, seria que o fato de ter deixado seu cabelo natural, sem alisamento, ser motivo de demissão no dia seguinte, com a alegação de que seu perfil não condizia mais com a visão da empresa sobre a forma de apresentação de um profissional do direito. Por conta dessa situação vivida, M, entrou em depressão profunda por quase um ano e que a levou a quase um término de casamento

Esses exemplos de minha vivência, me dão respaldo empírico para o entendimento da necessidade de discussões sobre a influência nefasta dos estereótipos negativos e sua conseqüente desumanização e objetificação da população negra, além de sensibilidade intelectual e lugar de fala.

Nesse universo cultural que estamos inseridos, com essas vivências provando tacitamente como esse imaginário criado e alimentado pela branquitude e reproduzido pelo senso comum, produzem e perpetuam opressões e extermínio contra a população não branca no Brasil, que se faz urgente a produção de abordagens que enfoquem e desconstruam estereótipos racistas no ensino de História na nossa atualidade.

Tanto no ensino de História afro-brasileira, como de História do Brasil; a inserção de esclarecimento sobre essas construções históricas, são urgentes. A busca por parte de professores de livros paradidáticos que enfoquem heróis e personalidades negras, que geralmente são obstruídas na sua grandeza, dentro dos seus respectivos momentos históricos, é fundamental para a criação e manutenção do imaginário dos discentes em relação às pessoas negras como indivíduos dotados de particularidades positivas e grandiosas.

Debates e exposição dessa relação entre nossa história pregressa de escravidão e a perpetuação de signos negativos relativos às pessoas lidas como negras, devem

ser insuflados e correntes durante o ano letivo, e não somente em momentos específicos como maio e novembro.

O ensino médio, com alunos já mais amadurecidos e usuários costumazes de redes sociais e streaming; se tem possibilidades gigantescas de articulações entre conteúdo do livro didático e abordagens atuais sobre as relações raciais no Brasil.

Tendo em mente que somos enquanto sociedade, uma construção pensada e desenvolvida com objetivos específicos, podemos também fazer do ensino de História do Brasil e História afrobrasileira, um mote de construção de terreno para referenciais positivados para os que, desde a invasão dessas terras, foram desumanizados.

A construção de autoestima sadia se dá por referenciais de si que desperte orgulho. Crianças negras, geralmente não tem essa possibilidade no seu entorno social, justamente por conta de tudo que já foi exposto. É justamente, no ambiente escolar, que tal referência mínima pode ser construída pelo educador de História. A ênfase nas contribuições culturais, culinárias, estéticas das populações não brancas, para o Brasil, devem vir elaboradas com exemplos práticos e atuais, através de interlocução com matérias de internet e situações cotidianas, respaldando como verossímil e realista o que se ensina.

Mas tal cuidado na construção de aulas e exposição didática, do ensino de História do Brasil e História e Cultura afro-brasileira, deve ser pensada também a partir da construção de senso crítico e postura antirracista, para o discente branco. Pensar educação histórica antirracista, só a partir do viés de empoderamento dos discentes não-brancos, não cumpre a finalidade de dirimir os efeitos do racismo na construção do imaginário coletivo. Todas as duas finalidades devem ser perseguidas com igual afinco.

Finalizo, desejoso que este presente trabalho, sirva também de contribuição para o enriquecimento e acréscimo, de todos desejosos de incluir no seu fazer pedagógico, uma educação que ajude no combate dessa chaga social que atravessou e determinou os rumos da nossa História enquanto nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen Livros, 2019

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Sá da Costa editora, 1977

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador, EDUFBA, 2008

ITO, Carolina. Negro drama. www.geledes.org.br, questões de gênero, setembro, 2017. Disponível em : www.geledes.org.br/negro-drama. Acesso em: 28/08/2021

MOURA, Clovis. Sociologia do negro brasileiro. Série Fundamentos 34. Editora Ática. São Paulo. 1998

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 2000. Editora Brasiliense, Publifolha, SP (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

SANTOS, Daniel. “Na cama com o super negão: masculinidades, estéticas, mitos, e estereótipos sexuais do homem negro”. Santo Antônio de Jesus, 2013

SCHWARCZ, Lília Moritz, Espetáculos das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

